



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Anais, Volume XVI, n. 7, set. 2022
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

Eixo 7

Educação, Corpo e Gênero

As implicações da interseccionalidade no mundo do trabalho: um olhar sobre a profissão de árbitras

Las Implicaciones de la Interseccionalidad en el mundo del trabajo: una mirada a la profesión de árbitras

Letícia Mossate Jobim

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2022.16.07.04>

Recebido em: 14/07/2022

Aprovado em: 18/09/2023

Editores responsáveis:

Veleida Anahi Capua da Silva Charlot e Bernard Charlot



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



As implicações da interseccionalidade no mundo do trabalho: um olhar sobre a profissão de árbitras

Las Implicaciones de la Interseccionalidad en el mundo del trabajo: una mirada a la profesión de árbitras

RESUMO

As mulheres têm ocupado cada vez mais espaço no mundo do trabalho, entretanto, isso não significa que a igualdade entre os sexos está sendo alcançada. Ainda há muita discriminação e hierarquização no ambiente de trabalho, em especial em profissões que historicamente foram ocupadas por homens. Deste modo, consideramos importante aprofundar os estudos nessas profissões. Para isso analisamos as trajetórias de três mulheres que exercem uma profissão que por muito tempo foi considerada inadequada às mulheres: a arbitragem no futebol. Convidamos três árbitras de futebol, para narrarem sobre suas trajetórias profissionais, os desafios e as conquistas no decorrer das mesmas. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos o método biográfico, aliado aos estudos de gênero e trabalho, sob as lentes da interseccionalidade. Percebemos que ainda há muitos tabus que precisam ser derrubados, que em sua maioria, estão atrelados a uma suposta 'natureza feminina' e habilidades 'inatas'.

Palavras-chave: Interseccionalidade. mundo do trabalho. divisão sexual do trabalho. .

RESUMEN

Las mujeres han ocupado cada vez más espacio en el mundo laboral, sin embargo, esto no significa que se esté logrando la igualdad entre los sexos. Todavía existe mucha discriminación y jerarquía en el ambiente laboral, especialmente en profesiones que históricamente han sido ocupadas por hombres. De este modo, consideramos importante profundizar los estudios en estas profesiones. Para eso, analizamos las trayectorias de tres mujeres que ejercen una profesión que durante mucho tiempo se consideró inapropiada para las mujeres: el arbitraje en el fútbol. Invitamos a tres árbitras de fútbol a narrar sobre sus trayectorias profesionales, los retos e los logros en el transcurso de las mismas. Para el desarrollo de la investigación se utilizó el método biográfico combinado con estudios de género y trabajo, bajo el lente de la interseccionalidad. Nos damos cuenta de que todavía hay muchos tabúes que deben romperse, la mayoría de los cuales están relacionados con una supuesta 'naturaleza femenina' y habilidades 'innatas'.

Palabras claves: Interseccionalidad. mundo del trabajo. división sexual del trabajo..

INTRODUÇÃO



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Por muito tempo as mulheres ficaram relegadas ao espaço doméstico exercendo funções consideradas próprias da 'natureza feminina' tais como, cozinhar, organizar, limpar, cuidar da família, filhos, etc.. A justificativa mais recorrente para tal é baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, que predestinou as mulheres às funções maternas e ao cuidado do outro. Todavia, o homem, por sua suposta 'superioridade' física natural, foi predestinado a proteger e defender as mulheres, consideradas frágeis e vulneráveis.

Entretanto, a suposta fragilidade feminina não se estendia às mulheres negras, que sempre foram vistas como aptas para qualquer tipo de trabalho, inclusive os que necessitassem de força física. De acordo com Davis (2016), durante a escravidão, o trabalho doméstico não era realizado somente pelas mulheres e a divisão sexual não era rigorosa. Nas senzalas, a igualdade sexual era parte da vida doméstica. Seus traços de personalidade eram diferentes das mulheres brancas devido ao trabalho pesado a que eram submetidas, aos açoitamentos e estupro frequentes: "A origem de sua força não era um poder místico vinculado à maternidade, e sim suas experiências concretas como escravas" (DAVIS, 2016, p.41). Devido às inúmeras violências a que as mulheres negras foram submetidas e às diferentes formas de resistências adquiridas, criaram-se falsas ideias em relação às suas capacidades físicas.

Conforme Matos & Borelli (2013), o fim da escravidão e às transformações ocorridas no sistema econômico que aceleraram o processo de industrialização no Brasil, ocasionaram um aumento das migrações e imigrações, formando-se assim, um novo perfil populacional. O trabalho feminino tanto no campo quanto nas cidades, também passou por transformações. As mulheres foram recrutadas para o mercado de trabalho, porém, somente para as atividades as quais possuíam habilidades 'naturais', tais como costurar, fiar, tecer, etc.:

Pesava na opção por empregar mulheres em determinados setores a ideia bastante difundida de que delicadeza para lidar com certos produtos, submissão, paciência, cuidado e docilidade eram atributos femininos. [...] Além disso, as atividades nas quais as mulheres penetraram foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente, e por fim descartadas pelos homens. Os baixos salários, as tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral foram determinantes do emprego maciço das mulheres nas indústrias. O cotidiano do trabalho era árduo, em ambientes insalubres, com jornadas extensas (11, 12, chegando a atingir 14 horas diárias), muitas vezes sem descanso semanal. Apesar disso, as trabalhadoras eram tratadas, inclusive pela imprensa operária, como pessoas "frágeis e indefesas", "passivas" e "carentes de consciência política" (MATOS; BORELLI, p. 110).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Conforme as autoras, as mulheres que não ingressaram nas fábricas passaram a exercer atividades comerciais, em estabelecimentos ou até mesmo nas ruas, vendendo frutas e verduras, leite, pães, flores, dentre outros. Algumas trabalhavam eventualmente com vendas, conforme o excedente da produção cultivada em suas próprias casas; outras trabalhavam regularmente em feiras livres ou, oferecendo seus produtos diretamente nos domicílios. Havia também as que realizavam trabalho domiciliar para empresas, oficinas ou intermediários, que, apesar da baixa remuneração, lhes era possível conciliar as atividades domésticas e da maternidade. Geralmente realizavam os chamados trabalhos “de agulha” (como bordados, tricô, crochê e costuras diversas) e cujas habilidades necessárias para realizá-los tais como destreza, rapidez e precisão, eram adquiridas no processo de educação e socialização com outras mulheres.

Muitas mulheres reproduziam no mercado de trabalho suas ocupações nos quadros domésticos – como lavar, passar e engomar – num esforço de ganho extra ou mesmo para tentar sustentar a família. Em locais onde a presença das imigrantes era significativa, as mulheres negras tinham mais dificuldade em encontrar trabalho, pois, por conta do preconceito, os patrões preferiam contratar o serviço das brancas. Com isso, as negras acabavam se concentrando em postos ainda menos valorizados e pior remunerados como os de doméstica, cozinheira, lavadeira e catadora de restos. Apesar dos míseros ganhos, o trabalho das lavadeiras foi uma das ocupações mais procuradas pelas mulheres dos setores populares. (MATOS; BORELLI, p.113)

Com o advento da República no Brasil, a educação passou a ser vista como um caminho para transformação social, portanto, uma boa educação às crianças passou a ser considerada fundamental. Para isso seria necessário aumentar o número de mestres e, para cumprir tal demanda, foram criadas as escolas normais de formação de professores que passaram a receber um grande número de mulheres. Segundo as mesmas autoras, foi entre 1835 e 1890 que ocorre a chamada “feminização do magistério”, tendo em vista que as mulheres eram consideradas mais aptas para cuidar e educar, devido ao papel ‘natural’ de mães. Outro motivo que a profissão foi bem aceita para as mulheres, era porque elas poderiam trabalhar meio turno e conciliá-la com os afazeres domésticos. A partir de então, os homens passaram a exercer os cargos considerados de maior prestígio, como direção e inspeção e em funções técnicas e administrativas, abandonando os níveis básicos de ensino.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Até os anos 1930, o magistério era uma das poucas possibilidades profissionais atraentes para as mulheres das elites e dos setores médios da sociedade. Seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando com as possibilidades de um maior status social e de aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados (MATOS; BORELLI, p.118).

Com o passar dos tempos, a profissão foi sendo desvalorizada e o nível salarial foi decaindo. Um dos motivos apresentados pelas autoras foi devido “a frequente identificação do exercício do magistério com um sacerdócio ajudou a difundir a ideia de que a “boa professora” não se preocupa com o pagamento, pois está concentrada na formação dos alunos” (ibidem, p.119).

Além desta, outras profissões foram se feminizando, em especial aquelas que demandavam maiores ‘habilidades femininas’ tais como o cuidado, esmero, docilidade, paciência e bons tratos com as pessoas.

De lá para cá, já ocorreram inúmeras mudanças em relação à inserção das mulheres no mundo do trabalho, aumentando significativamente os números. Segundo Biroli (2018), “entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005” (p.18). Expandiu-se também o acesso à escolarização e, atualmente, a maioria das matrículas no ensino superior é ocupada por mulheres. Entretanto, o que não se modifica, é que elas permanecem nas profissões ditas ‘femininas’ e as que atuam em profissões tradicionalmente masculinas, ainda são minorias. E quando isso acontece, esbarram com o preconceito e com a inferiorização de suas capacidades, que são questionadas e colocadas à prova a todo o momento. E o preconceito se agrava ainda mais quando estas são ocupadas por mulheres negras, tendo em vista que elas, por muito tempo, exerceram funções de subalternidade e subserviência, inclusive, para mulheres brancas.

Deste modo, consideramos importante fazer o levantamento sobre setores de atividades da população feminina por cor/raça no Brasil. Para isso consultamos o último levantamento feito no ano de 2015, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A seguir, apresentamos os quadros da população feminina por raça/cor, conforme as referidas faixas etárias.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Quadro 1: Percentual da população feminina de 25 a 29 anos por cor/raça, e setor de atividade no Brasil- ano de 2015

Setor de Atividades	Branças	Negras
Administração pública	4,3%	3,7%
Agricultura	3,5%	8,2%
Comércio	21,4%	21,6%
Indústria	13,1%	10%
Construção civil	0,9%	0,9%
Serviços auxiliares	7,4%	8,9%
Serviços sociais	26,8%	29,8%
Outros	2,6%	16,9%

Fonte: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html. Elaboração própria.

*** a população negra é composta por pretos e pardos



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



**** Serviços Auxiliares: alojamento, alimentação, transporte, comunicação e armazenagem.

***** Serviços Sociais: serviços sociais, domésticos, educação e saúde.

***** Outras Atividades: prestação de serviços (1995 a 2001), outras atividades, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e atividades mal definidas.

Quadro 2: Percentual da população feminina de 30 a 44 anos por cor/raça, e setor de atividade no Brasil - ano de 2015

Setor de Atividades	Branças	Negras
Administração pública	5,6%	4,4%
Agricultura	5,1%	9,5%
Comércio	17,5%	16%
Indústria	11,6%	9,1%
Construção civil	0,7%	0,8%
Serviços auxiliares	7,4%	8,4%



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Serviços sociais	34,7%	38,4%
Outros	17,5%	13,5%

Fonte: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html . Elaboração própria.

A partir dos gráficos apresentados, é possível constatar que entre as idades de 25 a 44 anos (faixa etária em que há mais facilidade em obter estabilidade profissional), há uma predominância das mulheres negras nos setores da agricultura, serviços auxiliares e serviços sociais e as mulheres brancas são maioria nas áreas de administração e indústria. É interessante observar que nos dois gráficos, o único ramo de atividades que mulheres negras e brancas mudam de posição num percentual considerável é em 'outras'. Nesta, as jovens negras predominam nas idades entre 25 e 29 anos, representando 16,9% em relação a 2,6 %, de jovens brancas. Entre as idades de 30 a 44 anos o percentual de mulheres negras cai nessa atividade para 13,5%, e o das brancas sobe para 17,5%. Ficamos nos questionando se isso poderia significar que devido ao avanço da idade, as mulheres negras são descartadas até mesmo das atividades mais precárias? E se for isso, para onde elas vão? Infelizmente não temos essas respostas.

Dentre outras informações disponíveis no site, consideramos importante trazer também, o percentual da população feminina por posição na ocupação, por cor/raça nas diferentes faixas etárias, que estão demonstrados abaixo.

Quadro 3: Percentual da população feminina ocupada com 25 a 29 anos por posição na ocupação por cor/raça no Brasil - ano de 2015

Posição na ocupação	Brancas	Negras
Funcionária pública militar	7,1%	5,1%



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Empregada com carteira assinada	58,9%	45%
Empregada sem carteira assinada	11,9%	15,7%
Conta própria	12,1%	14,5%
Empregadora	1,8%	0,9%
Empregada doméstica	5%	12%
Outros	3,1%	6,9%

Fonte: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html . Elaboração própria.

**** Outros: trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

Quadro 4: Percentual da população feminina de 30 a 34 anos por posição na ocupação por cor/raça no Brasil- ano de 2015

Posição na ocupação	Branças	Negras
---------------------	---------	--------



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Funcionária pública militar	13,1	10,2
Empregada com carteira assinada	43,9	33,1
Empregada sem carteira assinada	9,3	11,5
Conta própria	15,4	17,2
Empregadora	3,6	1,5
Empregada doméstica	10,1	18,9
Outros	4,5	7,7

Fonte: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html . Elaboração própria.

O que podemos concluir a partir dos dados apresentados, é que as mulheres negras, independente da faixa etária, são maioria no mercado informal e permanecem nas posições mais precárias, sem carteira assinada, trabalhando por conta própria ou como empregadas domésticas.

Isso reforça a importância de olharmos para o mundo do trabalho sob o viés da interseccionalidade considerando que a cor pode interferir, dificultar ou impulsionar a trajetória profissional das mulheres.

Interseccionalidade



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



A escolha da interseccionalidade como ferramenta analítica deu-se pelo fato de acreditarmos que as experiências vivenciadas pelas pessoas conforme as intersecções de gênero, raça, classe, idade, nacionalidade, etc., interferem e influenciam diretamente nas relações de trabalho, podendo dificultar ou acelerar o êxito e o desempenho das mesmas.

Para Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade permite que olhemos para as desigualdades sociais através das interações entre as várias categorias de poder, bem como às respostas políticas que se dão a elas. As autoras exemplificam a partir da própria copa do mundo da FIFA, mostrando o quanto as categorias de raça, gênero, classe, nação e sexualidade organizam o futebol ao mesmo tempo que transmitem mensagens culturais sobre essas para o público:

As nações ricas do Norte global e as nações pobres do Sul global oferecem estruturas de oportunidades diferentes para que a juventude frequente a escola, tenha acesso a emprego e pratique esportes, estruturas de oportunidades que privilegiam as nações da Europa e da América do Norte e prejudicam os países do Caribe, da África Continental, do Oriente Médio e alguns países asiáticos e latino-americanos. Essas diferenças nacionais se alinham às diferenças raciais, impedindo que a juventude negra e parda dos países pobres ou das regiões pobres dos países ricos tenha acesso a treinamento e oportunidade de praticar esportes. Meninas e meninos podem querer jogar futebol, mas raramente chegam aos mesmos times ou competem entre si. Sendo um esporte que exige capacidade física, o futebol traz o foco para o “capaz” que sustenta a análise da capacidade. Na base, o futebol é um grande negócio, que proporciona benefícios financeiros a patrocinadores e a uma pequena parcela de atletas de elite. Diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte. Além disso, essas categorias não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o modo como se cruzam determina quem chega a jogar futebol, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que tem se e quando joga. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como essas e outras categorias de relações de poder se interconectam. (COLLINS & BILGE, 2020, p.22-23)

Entretanto, o que a Copa do Mundo transmite ao público é a ideia de que todos e todas têm acesso e oportunidades iguais, vence o melhor e quem perde foi porque não se esforçou o suficiente:



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Competições esportivas transmitem uma mensagem de grande influência: nem todos podem vencer. Aparentemente, isso faz sentido, mas por que alguns indivíduos e grupos sempre ganham enquanto outros sempre perdem? A Fifa tem respostas prontas. Quem vence tem talento, disciplina e sorte, enquanto quem perde carece de talento, disciplina e/ou sorte. Essa visão sugere que a competição justa produz resultados justos. Essa visão de mundo sobre quem vence e quem perde é apenas um passo para explicar a partir desse quadro as desigualdades sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como suas interseções (COLLINS & BILGE, 2020, p.25-26).

As problematizações realizadas pelas autoras a partir do próprio esporte demonstram o poder que algumas instituições possuem de manipular, disseminar e reforçar falsas ideias sobre meritocracia, impedindo uma visão mais clara sobre as barreiras que determinados grupos enfrentam no dia a dia, conforme suas especificidades de raça, gênero, classe, nacionalidade, idade, dentre outros.

Por isso, consideramos a interseccionalidade uma importante ferramenta de reflexão sobre as desigualdades, pois, possibilita-nos repensar e questionar ‘verdades’ institucionalizadas, visibilizar diferentes experiências de vida, problematizar instituições sociais, políticas, econômicas e/ou educativas e produzir a partir daí, alternativas de transformação e de promoção da justiça social.

Sobre a justiça social, Collins & Bilge (2020) reconhecem que ela é impossível de existir em sociedades desiguais e que, apesar de parecer que as regras são justas e aplicadas da mesma forma para todas as pessoas, os resultados são desiguais, pois, nem todas possuem as mesmas oportunidades de acesso ou então, o peso de alguma categoria se sobrepõe sobre outra. Elas exemplificam, falando sobre as desigualdades de oportunidades para homens e mulheres na própria copa do mundo, tendo em vista que desde a primeira ocorrida em 1930, até a de 1991, só era permitida a participação masculina. Entretanto, a popularidade do futebol feminino só foi alcançada em 2019 fazendo com que esse longo espaço de tempo ocasionasse um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas no gênero.

Por isso reconhecemos que a opção pela interseccionalidade como ferramenta analítica não é uma escolha fácil, tendo em vista que ela não permite uma generalização ou simplificação dos fatos. Também porque sabemos que disputar narrativas com instituições poderosas e influentes é tão difícil quanto nadar contra a corrente, todavia, acreditamos que só assim chegaremos à nascente.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Mulheres na arbitragem: Intersecções, convergências e divergências

Antes de falarmos sobre as árbitras pesquisadas, consideramos necessário fazer um levantamento do percentual de mulheres que atuam como árbitras no Estado do Rio Grande do Sul (RS)/ Brasil, tendo em vista que as entrevistadas fazem parte das Federações Gaúchas. Deste modo, buscamos as informações disponíveis nos sites da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e também no site da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). De antemão, informamos que nos dois sites estão disponibilizadas as fotos de um número considerável de árbitros e árbitras e que em nenhuma delas, visualizamos árbitras negras. Salientamos ainda, que na plataforma da Federação Gaúcha de Futebol Sete, na qual uma das entrevistadas que se autodeclara negra está vinculada, as informações sobre o número de árbitros/as não está disponível para consulta.

A seguir, apresentamos as informações em formas de quadros.

Quadro 5: Número total de árbitros/as por sexo na Federação Gaúcha de Futebol (FGF) em todas as categorias (A, B e C)

	Árbitros/as	Árb. VAR	Assistentes	Árb. Assist.	Total
Homens	63	4	78	18	163
Mulheres	1	0	4	2	7

Fonte: <https://fgf.com.br/arbitros>. Elaboração própria.

Sobre os árbitros e árbitras do RS que fazem parte da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), encontramos as seguintes informações:



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Quadro 6: Número de árbitros/as por sexo e categorias na Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

Sexo	AB	BASE	CBF	CD	FEM	FIFA	Master	VAR/FIFA	TOTAL
Masculino	6	2	0	4	0	1	1	0	14
Feminino	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Fonte: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/arbitragem/relacao-arbitros>. Elaboração própria.

Quadro 7: Número de Assistentes por sexo e categoria na Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

Sexo	AB	BASE	CBF	CD	FEM	FIFA	Master	VAR/FIFA	TOTAL
Masculino	9	2	0	4	2	1	0	0	18
Feminino	2	0	0	0	0	0	0	0	2

Fonte: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/arbitragem/relacao-arbitros>. Elaboração própria.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Como é possível constatar, a disparidade entre homens e mulheres na arbitragem ainda é muito discrepante, e possivelmente um dos motivos foi a reprodução do machismo e do moralismo que se perpetuou na sociedade patriarcal e que por muito tempo viu as mulheres somente como um corpo para procriar, fazendo crer que o futebol iria prejudicar suas funções reprodutivas. Franzini (2005) relata que frente às primeiras notícias da organização de times femininos no Brasil, por volta de 1940, as reações foram muito mais negativas do que positivas. Apelou-se a inúmeros argumentos para justificar a inadequação do esporte às mulheres, e dentre eles o mais recorrente foi a ‘voz da ciência’:

[...] o jornal A Gazeta Esportiva publicava a “opinião autorizada” do doutor Leite de Castro, “o primeiro médico do Brasil que se dedicou especialmente à medicina esportiva”. Entre outras coisas, o douto doutor dizia que “não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário — é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, além de outras consequências de ordem traumática, podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero).^[1] (FRANZINI, 2005, p.321)

Concordamos com o autor quando ele diz que o grande problema não era as mulheres praticarem o esporte e, tampouco, que havia de fato uma preocupação com o bem estar das mulheres. Segundo ele, “o grande problema dizia respeito não ao futebol em si, mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas “funções naturais” para invadirem o espaço dos homens” (FRANZINI, 2005, p.321). O futebol lhes causaria um desvio de conduta, que as afastaria do espaço doméstico, bem como de suas funções de “rainha do lar”, “boa mãe” e a “boa esposa” (ibidem).

Frente a tantas barreiras impostas às mulheres, não é de se admirar que elas ainda sejam tão poucas na profissão. E é notável que ainda hoje, frente a qualquer ameaça de ocupação ou partilha de espaços que sempre foram dominados pelo sexo masculino, se recorra às diferenças biológicas, atribuindo defeitos e qualidades às mulheres que lhes foram construídas social e culturalmente tais como: as mulheres são mais emotivas; são avessas à racionalidade e à objetividade; não possuem capacidade física; não são predispostas à competição; são mais propensas ao cuidado; são sedutoras, etc..., ou então, a discursos moralistas.

Em consulta a uma matéria na internet que trata sobre a não participação de mulheres na arbitragem da copa e no var^[2], observamos a reprodução desses mesmos discursos:



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



“Porque as mulheres tem de apitar jogos masculinos? Elas apitam os femininos e os homens os masculinos. Cada um no seu quadrado. E futebol é jogo bruto, tem de correr muito; muitas vezes o juiz tromba com o jogador; tem de encarar um jogador mais agressivo; se impor em campo pra dar um cartão vermelho. Por favor, parem de querer entrar na marra no universo masculino.[...]” (Leitora que se identifica como ‘maggah’)

“Como se dizia na várzea... futebol é para homem. No Brasil os jogadores peitam o juiz o tempo todo. Olhando só o lado esportivo de alta competitividade... esporte feminino de alta exigência não tem muita graça e nem apelo comercial... no mundo todo!!!” (Leitor identificado com VAO)

“De vez em quando, uma equipe da prefeitura vem quebrar o asfalto na marretada, debaixo de sol escaldante, próximo de casa. Por que não há mulheres nestas ocasiões?” (Leitor identificado como Fabiano Rodriguez)

Percebemos através destes exemplos que o estudo feito por Franzini (2005) sobre as reações ocorridas na década de 40 no Brasil em relação à participação das mulheres no futebol, ainda é atual:

Todas as reações a esse movimento, como se viu, foram no sentido de colocá-las “no seu devido lugar”, banindo-as de dentro das quatro linhas, espaço próprio ao homem. Para elas, futebol só da arquibancada, e ainda assim em lugares reservados, como se fossem guetos na torcida. Neste caso, sua presença nos estádios não só era saudada como estimulada pela imprensa. A relação tolerada das mulheres com o futebol funcionava assim como metáfora de sua posição na sociedade brasileira da época, já que nesta seu papel não era muito diferente de ficar nos reservados da assistência, vendo os homens “construírem a nação”. (p.324-325)

Felizmente as mulheres estão deixando de ser apenas plateia para colocarem-se no meio de campo; estão reivindicando e ocupando espaços e posições que por muito tempo lhes foram negadas, derrubando padrões e estereótipos e enfrentando preconceitos e críticas.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Para melhor compreendermos as implicações recorrentes dessa alternância de papéis entre homens e mulheres no futebol, convidamos três árbitras para narrarem suas trajetórias profissionais, as motivações para a escolha da profissão, os enfrentamentos e desafios. Todas autorizaram a divulgação de seus nomes, bem como de suas imagens. Consideramos a importância da utilização de seus nomes verdadeiros, por entendermos que mulheres protagonistas de histórias de resistência não devem ser invisibilizadas, e precisam sim, ser nomeadas para que seus nomes fiquem registrados na história.

As entrevistas foram realizadas de forma virtual, individualizadas, no período entre 18 de agosto a 18 de setembro do ano 2020. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos o método biográfico, aliado aos estudos de gênero e trabalho, que estão sendo realizados no curso de Doutorado em Educação.

Breve histórico das entrevistadas

Adriana Cristina Borges da Silva- Mulher negra, filha adotiva de pais brancos, mãe, nascida em 1982, árbitra da Federação Gaúcha de Futebol Sete e de Salão. Nasceu em Florianópolis, cursou faculdade de Educação Física na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Residente em Carazinho/RS.

Andressa Hartman- Mulher branca, conhecida com 'Alemao', por sua origem alemã, cabelos loiros e olhos azuis. Nascida em 1993, natural de São Paulo das Missões/RS, árbitra da Federação Gaúcha de Futebol e Campo e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Maíra Mastella Moreira- Mulher branca, nascida no ano de 1992, em Cruz Alta/RS, árbitra assistente da Federação Gaúcha de Futebol e Confederação Brasileira de Futebol. Cursou a faculdade de Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A conversa inicial com as entrevistadas tratou das motivações pela escolha da profissão e sobre a reação das famílias frente a essas escolhas.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Maíra e Andressa relataram que não enfrentaram resistência da família ao decidirem pela profissão. Ambas tiveram apoio e incentivo dos pais. Diferentemente de Adriana, que assim que revelou sua escolha ao pai, foi alertada sobre as possíveis dificuldades que ela poderia enfrentar por sua condição de mulher negra: *“Pra ser respeitada você vai ter que trabalhar cinco vezes mais que uma pessoa branca, e se você escolher errado uma profissão, vai carregar isso pro resto da vida.”* (Adriana). Logo após sua formatura o pai novamente disse-lhe que ela estaria trilhando um caminho que iria lhe trazer muita dor: *“-Você é mulher, é negra, e está optando por um mundo muito machista...”*. (Adriana)

Nota-se que no início da trajetória de Adriana, sua cor e o seu gênero já foram colocados como barreiras para o seu êxito profissional. É fato que quando não há apoio familiar, um possível insucesso pode ser ainda mais frustrante para a pessoa, que se sentirá a única responsável por ele e, ao mesmo tempo, culpada por ter feito a ‘escolha errada’. Deste modo, no que se refere a apoio familiar, Adriana já saiu um passo atrás.

Outro ponto que questionei as árbitras foi em relação ao apoio financeiro das famílias, tendo em vista que elas consideram os cursos muito onerosos. Além do alto valor, há gastos com as viagens constantes, pois os cursos são realizados em outras cidades. Há também os investimentos com alimentação e profissionais que as auxiliem a atingir os índices corporais exigidos nos testes, o que dificulta ainda mais para as mulheres. Conforme Andressa, como esses índices são difíceis de serem atingidos e demandam muito sacrifício alimentar, várias mulheres acabam optando pela função de anotadoras (anotam quem faz falta, gol, etc.), pois para essas funções a exigência física é menor.

Embora as famílias de Maíra e Andressa não enfrentassem dificuldades financeiras e as auxiliassem financeiramente, Andressa conta que para dar ajuda com os custos dos cursos que eram muito caros, ela os pagava com a própria arbitragem que realizava nos jogos de futsal. Adriana não teve auxílio de seu pai por ele não aceitar sua escolha e, portanto precisou bancar-se sozinha, trabalhando muito.

Dificuldades da profissão

Dentre os relatos das árbitras, ficou evidenciado que o que mais pode fragilizar suas carreiras é o erro durante um jogo, e que, apesar do empenho e cuidado para que não ele aconteça, quando ocorre, as críticas são muito maiores do que quando um homem erra: *“o fato de ser mulher nesse contexto, tem que sempre ter um algo a mais, se doando mais, mostrando mais acertando mais...”* (Maíra).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Segundo as entrevistadas, errar pesa muito mais às mulheres, tendo em vista que a punição é mais rigorosa, pois elas deixam de ser escaladas por algum tempo, o que não acontece com os homens. Conforme Adriana, as mulheres precisam fazer a arbitragem três vezes melhor que um homem, e muitas vezes, mesmo quando um homem faz uma arbitragem horrível, ele é novamente escalado, o que não acontece com as mulheres. Sobre isso, Andressa acrescenta:

Eu lembro algumas vezes que eu errei no futsal e fiquei de molho, de fora das escalas, tipo eu sei que tem homens que erram e tá tudo certo... mas no campo isso não aconteceu. E como são poucas mulheres, elas são muito mais visíveis, homens às vezes, não sabem nem que é...

Embora Maíra reconheça que tanto homens como mulheres são propensos ao erro e que ambos podem ser afastados de jogos futuros após algum erro de arbitragem, ela reconhece que as mulheres precisam acertar muito mais:

[...] a mulher tem que estar provando, tem que estar sempre bem. Por exemplo: mulheres que estão apitando a série A, tiveram que acertar muito, muito, muito pra estarem lá. Tem que minimizar o máximo qualquer desconfiância em relação as tuas capacidades, porque pode contar muito negativamente... tem que ter algo a mais, a postura..

Outro motivo que dificulta o reconhecimento das mulheres na profissão é a falta de oportunidades, pois conforme Andressa há muito mais confiança em escalar homens do que mulheres em jogos importantes e isso as impede de alcançarem mais visibilidade. Sobre isso Adriana lamenta:

Se as mulheres não tiverem oportunidades, não tem como saber se elas têm capacidade para levarem um jogo: - “[...] por isso que muitas abandonam, por isso que muitas querem ser só assistentes, bandeirinhas, só anotadoras e cronometristas. Porque você vai fazer o teste, vai fazer um curso que não é barato, e não vai ter oportunidade...(Adriana)

Misoginia, racismo e a sexualização dos corpos

As três árbitras relataram que já foram xingadas, assediadas, constrangidas ou inferiorizadas.

A gente acaba ouvindo muita coisa: cadela, vai pra casa lavar uma louça, que tu tá fazendo aí, me passa teu whatsapp, loira burra, tinha que ser loira... O que me incomoda mais é quando eu ouço uma mulher gritando, aí eu tenho vontade de responder [...]. (Andressa)



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Eu já ouvi tipo assim: Eu queria ver você apitar assim na minha cama! O jogador pedir pra ver meu cartão e anotar o número de telefone e me devolver [...] já ouvi o jogador dizer: “-Ah você é muito gostosa, queria você assim lá na minha cama”, e eu puxar o vermelho e dizer: “- toma, vai!” Ele não falaria isso pra um árbitro homem!” (Adriana)

Outro fato que chamou a atenção nos relatos, é que mesmo que a orientação homossexual das árbitras seja de conhecimento de todos os colegas, elas não deixam de ser assediadas por eles.

Assédio de jogadores eu não sofri, pois é uma relação muito distante... Dos colegas de trabalho ocorre um interesse muitas vezes, aquela ‘tentiada’, que eu considero natural do ser humano, mas eu sempre deixei bem claro que não gosto disso, eu namoro e respeito meu relacionamento... Mas mesmo sabendo eles dão uma ‘tentiada’... não dou muita abertura. (Maíra)

Além dos relatos de assédio, Adriana conta que já sofreu ofensas de cunho racista por parte das torcidas e também foi vítima de misoginia:

Quando entrei, o prefeito veio, apertou minha mão e tal, estava eu e o outro árbitro confederado. Aí ele perguntou: - Cadê o outro árbitro? Estou vendo só um moço e três moças, o outro árbitro não vai chegar? Eu queria fazer uma foto antes. Aí meu colega disse: - Ela que vai arbitrar comigo. E o prefeito: - Ah, mas vai ser um jogo difícil, um jogo pegado, um jogo que é pra homem, pra macho! (relato de Adriana sobre um episódio ocorrido no seu primeiro jogo no RS)

No episódio acima ficou explícito que Adriana não foi reconhecida como pertencente ao lugar que ocupava, pois a arbitragem foi por muito tempo uma profissão masculina, representada pela autoridade, poder e prestígio de quem a exerce. Devido a isso, é possível que o que tenha causado ainda mais incômodo ao prefeito, foi o fato dela ser uma mulher negra. Como já mencionado anteriormente, as mulheres negras na maioria das vezes, ocupam posições de subalternidade, subserviência e obediência aos brancos e brancas. Adriana estava ocupando um lugar que secularmente, nunca foi considerado o lugar de uma mulher negra, ou seja, um lugar em que os homens lhe deveriam obediência e respeito. Sua presença estava colocando em risco a hegemonia patriarcal branca que sempre foi a detentora do poder.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Outro fato relatado por ela e que é muito recorrente em outras profissões, é desacreditar no mérito de uma conquista ou um cargo alcançado por mulheres, sugerindo que sua sexualidade possa ter facilitado oportunidades.

E quando você chega, você ouve muito assim: “com quem você dormiu pra estar nesse lugar? Com quantos você dormiu?” No Espírito Santo, por dois anos seguidos eu fui escolhida a melhor árbitra do Capixabão, e chegaram em mim e disseram: Tu dormiu com o presidente?” [...]. As pessoas precisam achar que nós mulheres, para chegar onde estamos, é porque dormimos com alguém... (Adriana)

Esse relato demonstra o quanto as conquistas femininas no mundo do trabalho ainda estão atreladas a sexualização dos seus corpos e não às qualificações e competências profissionais que possuem. Ao fazer referência sobre a maneira de ver os corpos na cultura ocidental Oy?wùmí (2021) diz que “ao corpo é dado uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas” (p.28). E quando esses corpos ousam sair dos lugares que lhes foram socialmente instituídos e impostos acabam sendo desqualificados.

Deste modo, é inegável a contribuição dessas três mulheres na desconstrução e desnaturalização de papéis e lugares culturalmente e historicamente instituídos às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que os marcadores sociais afetam diferentemente as mulheres no mundo do trabalho, e interferem ainda mais em profissões que não condizem com a ‘natureza’ feminina e com os corpos negros.

Um dos maiores desafios que se apresenta às mulheres no mundo do trabalho é desconstruir os discursos que foram historicamente construídos a respeito de sua natureza e de seus corpos a fim de preservar a hegemonia patriarcal- branca- heteronormativa. Tal hegemonia apropriou-se de seus corpos e de suas histórias, instituiu-lhes lugares, produziu ‘verdades’, desejos e aspirações, atribuiu-lhes qualidades e defeitos, negou-lhes direitos e lhes impôs destinos.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Para que possamos transformar o mundo do trabalho num espaço mais justo e com mais equidade entre os gêneros, é determinante que olhemos para a história desses corpos e seus marcadores sociais, pois é fato, que conforme cada um desses, as barreiras podem ser mais pesadas, mais leves ou até mesmo intransponíveis; podem encurtar ou alongar o trajeto, ou até mesmo impedir a chegada.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma: **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020. recurso digital.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL: Disponível In: <https://www.fgf.com.br/>
Acesso em: 30/03/2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL: Disponível In: <https://www.fgf.com.br/>. Acesso em: 30/03/2022.

FRANZINI, Fábio. **Futebol é “coisa para macho”?** Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 315-328 – 2005.

OY?WÙMÍ, Oyèrónk??. **A invenção das mulheres**. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª ed. Bazar do tempo: Rio de Janeiro, 2021.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Por que não há mulheres na arbitragem da Copa - nem no VAR? Disponível em:
<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/06/26/por-que-nao-ha-mulheres-na-arbitragem-da-copa-nem-no-var/>. Acesso em Acesso em 09/04/2020.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. **trabalho espaço feminino no mercado produtivo**. In : PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (ORGS). Nova História das mulheres no Brasil. 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.